

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: IMPACTOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*BELO MONTE HYDROELECTRIC: IMPACTS AND ENVIRONMENTAL
LICENSING*

LEITE, Carlos Eduardo¹

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih²

RESUMO: À luz do direito ambiental e dos mecanismos administrativos utilizados para controlar as ações humanas que interferem nas condições ambientais, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, explicar de que forma o licenciamento ambiental se efetivou contrário na prevenção à degradação ambiental. Sendo assim, o artigo parte da contextualização histórica do processo de construção da UHE Belo Monte, não só debatendo sobre como o regimento jurídico foi utilizado na formulação dos elementos administrativos como mecanismos preventivos, mas também, discutindo sobre o cotejo à degradação do complexo ambiente externo que influencia diretamente na dinâmica socio-espacial, histórica e geográfica das comunidades tradicionais e locais que dependem da fauna e flora envolvidas nesse grande empreendimento. A análise jurídica parte do estabelecimento de (co) responsabilidades, regras e estratégias de gestão do dever de proteção ambiental, tendo em vista mecanismos e instrumentos legislativos, bem como o licenciamento ambiental que, em sua aplicabilidade, mostrou-se contrário às normas que perfazem a conjuntura técnica desse instrumento na busca por impedir e mitigar os impactos ambientais desse grande empreendimento. Portanto, esse estudo de caso busca apresentar os impactos sociais e ambientais advindos de um jogo político, administrativo e burocrático do evento que marcou expressamente a vida dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Hidrelétrica, Belo Monte, Direito ambiental.

ABSTRACT: *In the light of environmental law and the administrative mechanisms used to control human actions that interfere with environmental conditions, the present work aims to present the socio-environmental impacts resulting from the construction of the Belo Monte Hydroelectric power plant, explain how environmental licensing is effected the opposite in preventing environmental degradation. therefore, the article starts from the historical context of the construction process of the UHE Belo Monte, not only debating how the legal regiment was used in the formulation of administrative elements as preventive mechanisms, but also discussing the comparison to the degradation of the complex external environment. That directly influences the socio-spatial, historical and*

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Dourados/MS.

² Doutor em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Docente dos Cursos de Graduação em Direito; e, Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Difusos e Coletivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Líder dos Grupos de Pesquisa "Legislação, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Sustentável" e "Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável". Tem experiência na área de Direito e Gestão Ambiental, Direito Agrário, Direito Urbanístico e Direito Minerário.

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: IMPACTOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LEITE, Carlos Eduardo; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

geographic dynamics of traditional and local communities that depend on the fauna and flora involved in this great undertaking. The legal analysis starts from the establishment of (co) responsibilities, rules and strategies for the management of the duty of environmental protection, in view of legislative mechanisms and instruments, as well as the environmental licensing that, in its applicability, proved to be contrary to the norms that make up the technical situation of this instrument in the quest to prevent and mitigate the environmental impacts of this large enterprise. Therefore, this case study seeks to present the social and environmental impacts arising from a political, administrative and bureaucratic game of the event that expressly marked the life of these communities.

KEYWORDS: Hydroelectric, Belo Monte, Environmental Law

INTRODUÇÃO

Idealizada em meados da década de 80, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte ressurgiu como obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal em 2009 e começou a ser construída na Bacia do Xingu, no ano de 2011, iniciando a geração de energia em 2016 com a pretensão de alcançar 11.000 MW/hora de potência (COSTA et al, 2019, p.227).

Ocasionalmente impactos ambientais significativos “para sua área de instalação, áreas adjacentes e ao ecossistema como um todo”, a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte afetou uma área com aproximadamente 516 km² de extensão, sendo responsável por supressão de grandes áreas de vegetação, perda de habitat e de espécies, danos ao meio aquático, alteração na qualidade da água, inundação de sítios arqueológicos, interrupção de corpos hídricos, etc (COSTA et al, 2019, p.233).

Da mesma forma, além dos reflexos sociais e ambientais, a construção da barragem de Belo Monte também contribuiu para a tomada de decisão tendo por base perspectivas antidemocráticas resultando em um cenário de injustiça social e destruição ambiental (FEARNSIDE, 2015, p.10)

Diante da realidade apresentada, o presente estudo se destina a analisar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte e a aplicabilidade do licenciamento ambiental como mecanismo de prevenção à degradação ambiental.

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: IMPACTOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LEITE, Carlos Eduardo; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

METODOLOGIA

O presente projeto pretende utilizar a pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se no levantamento dos textos e documentos sobre a temática pesquisada. Será objeto do referido estudo a revisão da bibliografia por meio de consultas em livros, artigos, etc. A realidade da Hidrelétrica de Belo Monte será abordada como estudo de caso, visando levantar os dados a respeito do empreendimento, seus impactos e licenciamento ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o ano de 2010, foi concedida pelo IBAMA a Licença Prévia nº 324/2010 de Belo Monte que continha um pacote de condicionantes de compensação e mitigação de cunho socioambiental que viabilizariam a obra. Tais ações tinham caráter antecipatório sob responsabilidade de ser implementado antes do início da construção da usina, tanto pelo Estado, quanto pelo empreendedor.

Durante o ano de 2011 a Licença de Instalação nº 770/2011 foi expedida, contrariando a legislação procedimental do licenciamento, uma vez que sem o cumprimento das condicionantes dispostas na LP 342/2010. Dado isso, de acordo com o Ministério Público Estadual do Pará (2011) há uma falha no cumprimento dos dois grupos de condicionantes (gerais e específicas), fato que baseou a décima primeira Ação Civil Pública (nº 0000968-19.2011.4.01.3900) que tinha o intuito não só de tornar nula a LI emitida pelo Ibama para a UHE Belo Monte, mas determinar que o Ibama se abstenha de emitir nova Licença de Instalação enquanto não forem cumpridas tais condicionantes.

Fato marcante para a conjuntura procedimental desse licenciamento veio em junho de 2011 quando, mesmo com o atraso no cumprimento das condicionantes gerais e dos componentes indígenas, o Ibama expediu a Licença de Instalação nº 795/2011 na tentativa fracassada de estabelecer que fossem cumpridas um conjunto de condicionantes e a apresentação de um novo PBA em um prazo de 30 dias.

Além disso, apesar do atraso das condicionantes, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio – manifestou interesse pela continuidade do processo de

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: IMPACTOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LEITE, Carlos Eduardo; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

licenciamento e determinou que fossem estabelecidas 8 condicionantes para os povos indígenas. Das condicionantes sob responsabilidade do Estado e do empreendedor, apenas 19% tinham sido cumpridas até o ano de 2013. Dentre elas, estavam irregulares as direcionadas às comunidades indígenas, como a de saúde, proteção ao território e recursos naturais (ISA, 2014).

Foi no ano de 2015 que a Norte Energia S.A., com mais de 70% das obras concluídas, solicitou a Licença de Operação (LO). Para isso, inicialmente, o Ibama de forma substancial analisou o documento referente às condicionantes e ao PBA, identificando a não regularização de projetos e programas do referido plano e, a partir disso, recomendou um conjunto de ações para que fosse deferida a LO. Tal recomendação, decorrido prazo de 2 meses, foi entendida como cumprida e, portanto, estando o empreendimento apto e “devidamente instruído” para deliberação (BRASIL, 2015).

De acordo com o ISA (2015), a obra foi sendo instalada sem ações mitigadoras obrigatórias na região, o que resultou em impactos sociais e ambientais irreversíveis que poderiam ser evitados ou amenizados. Desde 2006 as licenças emitidas pelo Ibama ao processo de licenciamento da UHE Belo Monte são objetos de interposição pelo Poder Judiciário por, constantemente, contrariar deveres constitucionais e legais.

O que resultou da construção desse empreendimento, a barragem de Belo Monte, foi caracterizado como o quarto maior projeto hidrelétrico do mundo com capacidade instalada de 11.233,11 MW (NESA, 2021).

CONCLUSÃO

A pesquisa buscou realizar uma análise acerca do Licenciamento Ambiental e os impactos da implementação da Hidrelétrica de Belo Monte.

Partindo de uma análise do processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, verificamos um espaço de lutas, conflitos que fazem parte de um jogo de forças composto por agentes dotados de maior influência sobre os que sofrem essa influência (MONTEIRO, 2019). Isso é evidenciado ao analisarmos a contradição presente nos próprios procedimentos de licenciamento em torno das usinas hidrelétricas presente da região amazônica.

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: IMPACTOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LEITE, Carlos Eduardo; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Dessa forma, constata-se no decorrer da pesquisa que a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica de Belo Monte foi construída de forma irregular, partindo das diversas problemáticas e inconsistências metodológicas, bem como a falha na coleta de dados nas diversas áreas, além do subdimensionamento da população afetada e a perda significativa da biodiversidade (Magalhães et al., 2019).

Marcado por conflitos em seu processo de licenciamento ambiental, Belo Monte tem assumido uma série de passivos socioambientais, resultando em um legado de violações aos direitos sociais e ambientais às comunidades.

REFERÊNCIAS

FEARNSIDE, P.M. 2021. **Barragens de hidrelétricas, como a de Belo Monte, transformam Amazônia em zona de sacrifício**; El País, 14 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-02-14/barragens-de-hidreletricas-como-a-de-belo-monte-transformam-amazonia-em-zona-de-sacrificio.html>. Acesso em: Outubro/2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte**: Não há condições para a Licença de Operação, 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belomontesite.pdf>. Acesso em: outubro/2021.

MAGALHÃES, A. C.. **Aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu: usina de Belo Monte**. Análise do Estudo de Impacto Ambiental Povos Indígenas. In: MAGALHÃES, M. S. B.; HERNANDEZ, F. M. (Orgs.). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009. Disponível em: https://xinguvivo.org.br/wpcontent/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Acesso em: outubro/2021.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **“Qual desenvolvimento? o deles ou o nosso?”: a UHE de Belo Monte e seus impactos nos direitos humanos dos povos indígenas**. 2018. 375 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Submetido em: 12.11.2021

Aceito em: 13.04.2022